



NOTA CONJUNTA EM RESPOSTA À CODESA

O Sindicato Unificado da Orla Portuária (Suport-ES), o Sindicato da Guarda Portuária do Espírito Santo (Sindguapor), e o Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Aquaviário no Estado do Espírito Santo (Aquasind) vêm aos seus associados e a público se manifestar, em relação à nota publicada no site da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), intitulada “Codesa considera paralisação inoportuna”, no dia 5 de junho de 2018, e em relação ao posicionamento da Codesa para a imprensa.

Mesmo com o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), com validade de dois anos, até 31 de maio de 2019, assinado com os sindicatos, a Codesa insiste em tentar retirar direitos dos trabalhadores. E, neste momento, somos surpreendidos por essa nota institucional e pelo posicionamento completamente descolados da verdade dos fatos ou do desenrolar deles.

A Codesa diz em nota ter estado a disposição para dialogar desde meados de 2017, mas não informa que desde então sequer apresentou proposta que fossem ao menos digna de diálogo ou atenção. Apesar disto, os trabalhadores, por meio dos sindicatos representantes dos seus funcionários a ouviram querer nos tirar benefícios históricos. Basicamente nos foi proposto reajuste zero e perda de benefícios sociais, tudo isso motivado pela crise, pelo alardeado prejuízo contábil da empresa e pela necessidade de corte de custos. Segundo o discurso da empresa, os funcionários deveriam abrir mão dos seus direitos conquistados ao longo dos anos para que ela pudesse solicitar autorização para a reposição salarial. Ironicamente poderíamos dizer que a proposta era de que os funcionários pagassem a própria recomposição.

Vamos aos fatos:

Vimos conversando e procurando o entendimento desde sempre, pois também os sindicatos entendem que um movimento paredista deve ser a última ferramenta para o impasse. Contrariamente ao contido na nota, foram os sindicatos, ainda buscando conciliação, que procuraram mediação junto ao Ministério Público do Trabalho (MPT) e Tribunal Superior do Trabalho (TST), pois a Codesa deu por encerrada as tratativas, sempre com o discurso de orientação externa para tal.

Sobre as medidas sugeridas pela Codesa, relativamente ao plano de saúde, foi criada uma comissão para analisar o plano de auto-gestão da empresa e este estudo de viabilidade, anuído pela comissão, apontou a viabilidade econômica do plano. Qual não foi nossa surpresa quando vimos edital para a contratação de plano de saúde, que jamais foi discutido com os sindicatos, pelo contrário. Dizer que a medida não traria prejuízo ao trabalhador é desdenhar da nossa capacidade de raciocinar a curto, médio e longo prazo, haja vista as muitas quebras de operadoras de planos de saúde e a dificuldade de atendimento em vários procedimentos indispensáveis. Ainda assim, os sindicatos oficiaram a empresa sobre a viabilidade do atual

plano e propôs mudanças estruturais, o que sequer foi respondido ou levado em consideração, em atitude arbitrária e contrária ao entendimento entre as partes.

Ainda nas propostas de redução de custos, os sindicatos apresentaram várias sugestões de gestão, que não foram implantadas ou que não mereceram a atenção da diretoria da empresa. O que se percebe é a tentativa de impor a vontade de um em detrimento do coletivo, mas a época dos super-heróis ainda se encontra restrita ao cinema e aos gibis e podemos sim discordar daqueles que se consideram no mais elevado grau de sabedoria em gestão, afinal os resultados da empresa dizem o contrário. Uma gestão cujo único caminho seja a diminuição de gastos, por mais importante que seja, está fadada ao ostracismo e a diminuir a importância da nossa companhia docas, o que não permitiremos.

Falar de custos é também falar do inchaço de funções comissionadas para atendimento a pleitos políticos, da diminuição do número de diretorias, de melhorar os gastos nos contratos vigentes, de melhorar a qualidade e necessidade de viagens, diárias e multas por descumprimento de sentenças judiciais. É falar também da ociosidade dos berços de atracação e da incapacidade de atrair cargas, da renúncia de receitas sem estudos técnicos ou da revisão de redução tarifária passada cuja motivação já se tenha esgotado.

Falar de custos é pensar na capacitação do seu quadro, para não ficar refém de conhecimento externo e eternizar a necessidade de mão de obra terceirizada de elevado valor, para as empresas contratadas.

Relativamente ao auxílio alimentação, nunca fomos demandados por mudança, qualquer que fosse. Apenas em reunião realizada um dia antes da greve recebemos a proposta de adequação, dentre outras apresentadas, que serão objeto de resposta, tanto para a empresa, quanto para o órgão mediador, pois diferentemente da Codesa, nós respondemos aquilo a que somos instados.

Por último, destacamos conhecer o cenário.

Não nos agrada a greve ou a paralisação das atividades da empresa pela qual temos vínculo, carinho e cujo sucesso nos motiva e orgulha. Contudo, não aceitamos que as repostas para o enfrentamento do cenário adverso recaiam majoritariamente sobre os empregados e sejam o arrocho e a perda de direitos arduamente conquistados as únicas saídas encontradas pelos gestores da companhia.